



CARTA BRASILEIRA DO PATRIMÔNIO CULTURAL E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

CARTA BRASILEIRA DO PATRIMÔNIO CULTURAL E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Brasília, 7 e 8 de julho de 2025

Preâmbulo

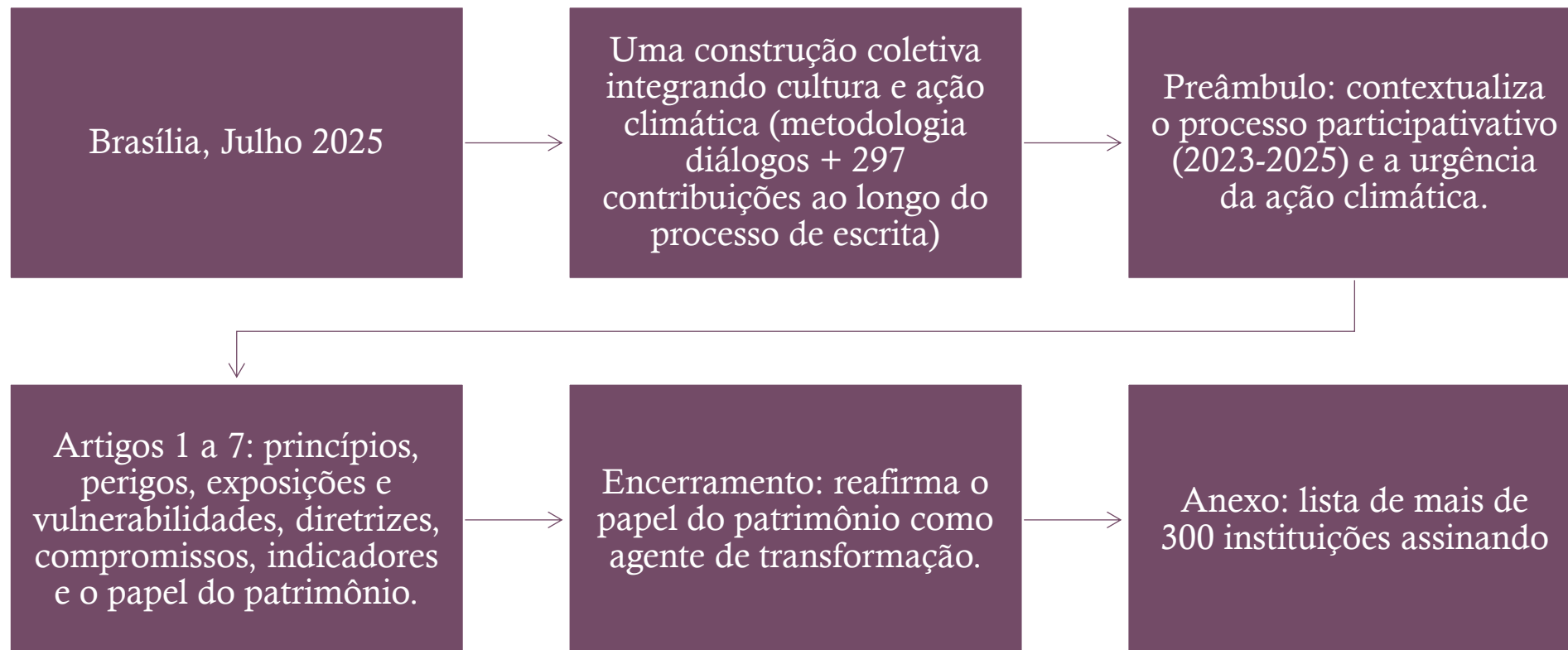
Nós, signatários desta carta, conscientes da gravidade e urgência da mudança climática global, reconhecemos que o patrimônio cultural, incluindo o museológico — em suas múltiplas formas materiais e imateriais — constitui um pilar essencial para a construção de sociedades mais justas, resilientes e sustentáveis. A presente carta consolida os resultados de um processo colaborativo, pautado pela escuta ativa e pela construção coletiva de estratégias de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas.

Esse processo se iniciou em 2023 por meio de oficinas realizadas nos biomas brasileiros: Pantanal, Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado, Amazônia e Pampa, reunindo representantes de povos e comunidades tradicionais, que se identificaram como indígenas, quilombolas, caiçaras, ribeirinhos, pescadores artesanais, marisqueiras, povos de terreiro e de matrizes africanas, coletivos culturais, gestores públicos, pesquisadores e instituições acadêmicas por meio do projeto Diálogos sobre Patrimônios e Ações Climáticas, desenvolvido pelo Comitê de Mudanças Climáticas e Patrimônio do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS-Br) e pelo Departamento de Articulação, Fomento e Educação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), reunindo mais de 300 representantes.

Em 2025, o ICOMOS-Br e o Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus (ICOM Brasil), com o apoio do IPHAN, do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz), lançaram a iniciativa desta carta, com um chamado para que as instituições e profissionais ligados ao campo do Patrimônio Cultural participassem e apoiassem essa iniciativa. Em 15 de abril foi lançada uma primeira versão da carta, que recebeu 97 contribuições até 23 de junho. A segunda versão da carta foi discutida ao longo dos dias 7 e 8 de julho em um evento híbrido no auditório do IPHAN, que reuniu mais de 200 pessoas. A versão final, portanto, foi construída a partir desse processo participativo, sendo o resultado uma visão consensuada entre os diversos atores que participaram do processo.



ESTRUTURA DA CARTA



Argumentos centrais

Mudanças
Climáticas
ameaçam o
Patrimônio
Cultural.

Conhecimentos
ancestrais como
elemento central nas
estratégias de
adaptação.

Povos tradicionais
são guardiões da
biodiversidade.

Patrimônio é um
agente de
transformação social
e inovação.

DIRETRIZES PARA AÇÃO:

- **Integração e planejamento:** Integrar o patrimônio material e imaterial e os processos comunitários nas **políticas ação climática** (como os Planos de Adaptação e NDCs / Plano Clima) em todos os níveis do governo.
 - **Diálogo e soluções:** Promover diálogos contínuos e horizontais entre **sistemas de conhecimentos científicos, tradicionais, indígenas e locais**, encorajando as Soluções Baseadas na Natureza.
 - **Diagnóstico:** Implementar **diagnósticos participativos de risco** para o patrimônio cultural, respeitando as especificidades de cada bioma, território e grupo social.
 - **Educação:** Incorporar a educação patrimonial, museal e ambiental, com ênfase no **letramento climático**, em todos os níveis de ensino.
-

COMPROMISSOS (DEMANDAS PARA A POLÍTICA PÚBLICA):

- A Carta conclama o Estado Brasileiro a assumir compromissos, como:
 - **Financiamento:** Criação de um **fundo público, multisetorial e permanente** dedicado à proteção do patrimônio cultural ameaçado pelas mudanças climáticas.
 - **Legislação e planejamento:** Incorporação do patrimônio cultural nos **planos de ação climática** em todos os níveis de governo e garantia de **proteção legal e monitoramento** de áreas de patrimônio sob risco climático.
 - **Monitoramento e governança:** Desenvolver **sistemas de monitoramento** e alerta precoce com integração entre tecnologia e conhecimento local e estimular a criação de **governanças locais participativas** para a proteção e salvaguarda do patrimônio cultural;
-

Art. 6º – Indicadores

- **Proposta de 33 indicadores, divididos em 6 eixos:**
 - Monitoramento e Planejamento Territorial
 - Preservação, Salvaguarda e Gestão do Patrimônio
 - Participação, Justiça Climática e Fortalecimento Comunitário
 - Educação e Comunicação
 - Financiamento, Cooperação e Sustentabilidade
 - Efetividade e Resposta a Riscos

Obrigado

diego.bevilaqua@fiocruz.br
dbevilaqua.icom@gmail.com



<https://arca.fiocruz.br/handle/icict/72228>
